

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DA PETROBRÁS

Carlos Lucena

Universidade Federal de Uberlândia

A história da formação profissional dos trabalhadores da Petrobrás é compreendida a partir das mediações dialéticas existentes entre esses trabalhadores e as transformações estruturais do capitalismo monopolista nas últimas décadas. Partimos do princípio que a Petrobrás, fundada na década de 50 do século XX, surgiu incentivada pelo incremento do fordismo parcial no Brasil, projeto este que acirrou os nacionalismos e acirrou os conflitos entre projetos nacionais e liberalizantes de desenvolvimento econômico.

Problematizar a consolidação e precarização desses trabalhadores implica em conceber princípios que são inerentes à produção capitalista e seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais. Partimos do princípio que o capitalismo enquanto um modo de produção que externa seus princípios e preceitos para além das fronteiras nacionais, produz contradições que não consegue superar. Mézáros em “Socialismo ou Barbárie afirma que a raiz de todas as contradições está presente no conflito entre o capital e o trabalho que se manifestam na subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital”. Como síntese das múltiplas determinações produzidas pelas contradições constatadas, verifica-se a elaboração das crises do capitalismo. Sua discussão é complexa e ultrapassa uma área do conhecimento. Seu debate articula as dimensões econômicas, sociais e políticas. Os seus desdobramentos afetam a sociedade como um todo, atingindo todas as classes sociais.

Marx se propôs a analisar a construção das crises tomando como referência a superprodução de mercadorias e a lei de tendência decrescente da taxa de lucro. O ponto de partida de Marx foi a produção capitalista. Para isso, dedicou-se a problematizar o modo de produção capitalista e suas mediações dialéticas entre as relações de produção e

circulação de mercadorias. A compreensão desta contradição era fundamental para o entendimento da gênese das crises do capitalismo.

Quando Marx debate o conceito de crise de superprodução, parte do princípio que o capitalismo teria uma tendência em aumentar a produção em larga escala, desencadeando um processo de desequilíbrio entre a produção e o consumo. As massas possuiriam uma tendência em encontrar dificuldades para o acesso às mercadorias, ocasionando desajustes no sistema. A crise de superprodução corresponde ao processo em que o desenvolvimento das forças produtivas supera as necessidades de valorização do capital. Essa crise só é superada quando se desenvolve uma dupla estratégia do capital. Um processo de destruição forçada da massa das forças produtivas acompanhadas pelo aumento da exploração dos antigos mercados e a conquista de novos mercados, restabelecendo as condições de valorização do capital.

Com referência à conquista de novos mercados, verifica-se um processo histórico que aponta a tendência à internacionalização do capital. Marx afirma em “China: fósil vivente o transmissor revolucionário?” que desde o começo do século XVIII todas as grandes transformações sociais e revoluções desenvolvidas na Europa ocorreram antecipadas por crises comerciais e financeiras que se consolidaram a partir de causas supranacionais. Dialogando com a lei do contato dos extremos apontada por Hegel, Marx afirma que o modo de produção capitalista possibilita que locais distantes no planeta se relacionem, toquem-se e se liguem. Com efeito, o mercado britânico é influenciado pelo chinês e ambos podem ser influenciados por uma crise na Índia.ⁱ

Marx afirma em “O capital” que o capital possui uma tendência a consolidar o desenvolvimento total das forças produtivas. A consolidação desse processo coloca ao próprio capital a necessidade de ultrapassar constantemente os limites por ele mesmo criados.ⁱⁱ Ainda com referência à necessidade de ampliação constante do capital, Marx discute no volume I dos Grundrisse que o capital é uma contradição viva, pois determina ao trabalho e à criação de valores que se constrói a partir dele uma barreira que contradiz sua tendência constante de ampliação.ⁱⁱⁱ

Essa tendência à superprodução e à negação do trabalho apontada por Marx apresenta contradições relativas à produção que aparecem, resolvem-se e retornam novamente nas crises, pois são ligadas dialeticamente à produção. O aumento absoluto das forças produtivas proporciona que a expansão do capital ultrapasse sua concretização como valor-capital. A característica do capital de produzir sem ter o total controle dos limites do mercado aponta a consolidação do processo de superprodução de mercadorias.^{iv}

A análise da constituição da crise no capitalismo monopolista através da superprodução de mercadorias ganha maior complexidade quando relacionada à discussão da tendência histórica de redução das taxas de lucro na reprodução do capital. A lei da tendência decrescente da taxa de lucro é fundamental para a elaboração da concepção marxiana das crises.

Marx problematiza em o “livro III de O Capital” que a teoria da tendência decrescente da taxa de lucro materializa uma contradição. Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo, maior o decréscimo da taxa média de lucro do capital. Esse processo se consolida em virtude da existência do excedente de capital. O crescimento de capital acumulado, em virtude do aumento da mais-valia, encontra uma redução de possibilidades de investimento que proporcionem uma rentabilidade adequada. Com efeito, desenvolve-se uma redução contínua do investimento produtivo, provocando uma redução dos empregos e dos salários dos trabalhadores. A redução da massa salarial impulsiona uma crise na venda das mercadorias que já foram produzidas. Instaura-se, como desdobramento desse movimento no âmbito da circulação das mercadorias, uma crise de superprodução em virtude do desequilíbrio entre a produção e o consumo que faz com que o capital reduza a sua produção, determinando a paralisação e a depressão dos mercados. Como a produção capitalista subordina o valor de uso ao valor de troca, a economia somente se reativará quando ocorrer os seguintes fatores: a paralisação e depressão dos mercados gerarem salários reduzidos; quando ocorrer a desvalorização do capital fixo em virtude das falências de várias empresas; quando o Estado intervier ou quando ocorrer um acontecimento inesperado, como uma guerra, que eleve a produção capitalista.^v

Marx afirma que se desenvolve uma redução da taxa média de lucro porque o resultado final do processo de acumulação do capital é determinado pelo aumento da composição orgânica do capital entendida como a relação entre o trabalho morto e o trabalho vivo.^{vi} A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto provoca uma tendência ao decréscimo da taxa de lucro, uma vez que o trabalho morto apenas transmite à mercadoria uma mesma quantidade de valor já incorporada nos meios de produção. Mesmo com o crescimento da mais-valia obtida no capitalismo, a relação entre o investimento e a mais-valia obtida será cada vez menos favorável ao detentor dos meios de produção. Em virtude das taxas de lucro dependerem da taxa de mais-valia, elas tenderão a cair em longo prazo.^{vii}

Os pressupostos teóricos acima expostos influenciaram gerações de pesquisadores movidos pelos debates do tempo vivido em que produziram as suas análises. Partindo de concepções que dialogam com as concepções de Marx e Engels, existe um conjunto de trabalhos, Lênin, Rosa Luxemburgo, Tugan-Baranowsky, Conrad Schimdt, Kausty e Boudin, entre tantos outros, tendo como referência o capitalismo do final do século IX e início do século XX. Essas concepções têm como ponto comum a defesa de que as crises do capitalismo teriam o potencial destrutivo de materializar o colapso de todo o modo de produção.

A reflexões em torno das obras cima citadas, longe de esgotar a discussão sobre o tema, apontam que o debate sobre as crises está presente em todas as fases do capitalismo monopolista. A crise atua como um processo intrínseco à lógica de produção de mercadorias, apontando que o apogeu econômico e social anuncia a catástrofe e a catástrofe o apogeu. A análise da formação das crises no capitalismo é condição fundamental para a problematização das mediações dialéticas existentes na formação e precarização dos trabalhadores da Petrobrás. As crises, tal qual afirmamos, são processos dinâmicos, que não se constituem em um fim em si mesmo. A construção e superação das crises implicam em tentativas dos homens de negócios que se chocam com o nível de resistência dos trabalhadores na história. Marx defende em “A Miséria da Filosofia” que as

relações sociais possuem sólidas ligações com as forças produtivas. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens modificam o seu jeito de produzir, a maneira de ganhar a vida, transformando assim todas as relações sociais.

É nesse sentido que os trabalhadores da Petrobrás, materialização de um modelo nacional de operário, passaram a ser negados pelo movimento histórico do capital. A dinâmica dos movimentos sociais no final da década de 1960, e os conflitos no Oriente Médio na década de 1970, são processos que consolidaram a crise do Welfare State e atingiram a Petrobrás. Os homens de negócios ao refutar a lógica fordista baseada em políticas keynesianistas de intervenção estatal na economia, refutaram todas as empresas estatais representantes de um projeto nacional de desenvolvimento e detentores de segmentos estratégicos de negócios. A Petrobrás, executora até então do Monopólio Estatal do Petróleo, passou a sofrer ataques que visaram restringir a sua atuação no mercado.

O avanço da crise do Estado Regulador Fordista materializou condições precárias aos trabalhadores da Petrobrás. O número de trabalhadores caiu drasticamente. Entre 1989 a 1996 ocorreu uma redução de 15781 postos de trabalho. A Multifunção proporcionou uma redução de 4 para 1 trabalhador. Entre 1998 e 1999 ocorreram 74 mortes de petroleiros, sendo 59 em empresas terceirizadas. Considerando o período, esse valor corresponde a quase 1 terço das mortes nos conflitos entre palestinos e judeus. No final da década de 1990 e início da seguinte, somente nas plataformas marítimas, ocorria 1 morte a cada 15 dias.

Esse processo de precarização dos trabalhadores deve ser problematizado verificando um duplo movimento do capital. Em primeiro lugar, em um processo de crise estrutural do capitalismo, o capital não tem mais condições de se preocupar apenas com o aumento do círculo do consumo para o benefício social, mas sim para a garantia de sua reprodução ampliada que só pode ser assegurada através da consolidação de várias formas de destruição. O processo de realização do capital compreende o consumo e a destruição como equivalentes funcionais.^{viii}

Ao mesmo tempo, verifica-se o desdobramento de ações empresariais motivadas pela concorrência dos mercados que, tomando uma dimensão “sobrenatural” impulsionada pela crescente concorrência e disputa pelo incremento de novas tecnologias, muda consideravelmente a composição do capital. O crescente investimento em tecnologias empurra os homens de negócios a elevarem o investimento em capital constante e reduzirem os investimentos em capital variável. Partindo do princípio que o capitalismo tem suas base no acúmulo crescente de capital, os homens de negócios buscam elevar os ganhos no âmbito do capital variável elevando os processos de exploração dos trabalhadores. Quanto menor o nível de organização dos trabalhadores, maior o nível de exploração no âmbito da mais-valia absoluta. Ao mesmo tempo, quanto maior a organização desses mesmos trabalhadores, mais sofisticada será os processos para o envolvimento do trabalho aos interesses das empresas. Em outras palavras, a exploração se dará tanto no âmbito da mais-valia absoluta com na relativa.

Assim, são criadas formas voltadas para a exploração máxima das capacitações dos trabalhadores. Nesse sentido, os petroleiros se defrontam historicamente com um processo organizativo empresarial ao qual denomino como neolaylorismo. *Neotaylorismo* como uma forma que possibilita uma separação ainda mais árdua entre o saber e o fazer, desqualificando um leque maior de trabalhadores. *Neotaylorismo* que confunde a capacitação com a qualificação profissional. *Neotaylorismo* que significa a negação total de qualquer acesso a bens de consumo, a retirada de conquistas sociais e econômicas e a concretização de condições precárias de trabalho. *Neotaylorismo* que não aceita críticos, punindo-os com a possibilidade de perda do emprego. *Neotaylorismo* que ao apostar na (des) qualificação profissional, remete, gradativamente, os trabalhadores da atuação do âmbito da mais-valia relativa para o da mais-valia absoluta.

Um outro aspecto com referência ao *neotaylorismo* é que ele se consolida como a manifestação de uma contradição intrínseca ao modo de produção capitalista. O deslocamento do âmbito da mais-valia relativa para a mais-valia absoluta demonstra que

quanto mais o capitalismo avança tecnologicamente, mas (des) qualifica a maioria dos trabalhadores, pois sua tendência é a concentração crescente do saber e da tecnologia.

Porém, os petroleiros ao serem submetidos a esses processos (des) qualificantes manifestaram ações de resistência. É nesse sentido que se problematiza o caráter contraditório presente no conhecimento tácito desenvolvido, historicamente, através da experiência no manuseio das máquinas pelos trabalhadores da Petrobrás. Contradição que se manifestou no desenvolvimento de um saber rebelde, que apostou na qualificação profissional através do acesso à política manifestada na ação dos movimentos sociais e que, em um mesmo processo, apesar de toda a resistência operária, não conseguiu ir além da concepção do trabalho alienado. Contradição que materializou o envolvimento crescente dos seus trabalhadores com a organização sindical pela luta por um projeto nacional de desenvolvimento, e proporcionou o crescimento gradativo do neotaylorismo.

Na Petrobrás, o conhecimento tácito se manifesta por uma relação única do trabalhador com a máquina. Sua essência está em um processo de trabalho baseado na individualidade. No cotidiano fabril, não existe um conhecimento tácito específico, o contrário, são vários conhecimentos que coexistem dependendo das experiências e situações operacionais que os petroleiros tenham vivenciado. Quanto mais organizados estão os trabalhadores, maior a tendência em potencializar esses conhecimentos individuais aos interesses coletivos da categoria profissional. Por outro lado, em processos históricos estruturais que remetem a crise à organização da classe trabalhadora, em que, dialeticamente, as suas representações também entram em crise, os individualismos são acentuados, transformando esses conhecimentos e em armas que se voltam contra os seus próprios criadores. O crescimento do individualismo transfere o conhecimento tácito das fronteiras da resistência de classe para as fronteiras do darwinismo social tão bem explorado por Hayek em “O Caminho da Servidão”. O conhecimento tácito como expressão do darwinismo social é uma das formas as quais a concepção neoliberal se materializa no chão da fábrica, deixando como legado, a consolidação de condições brutais de trabalho em que o nível de estranhamento do petroleiro não é apenas àquilo que produz, mas aos

próprios outros trabalhadores que juntos vendem a força de trabalho. Com efeito, os riscos coletivos inerentes à exploração e refino de petróleo tomam dimensão abstrata, vista não como desdobramentos de processos precarizantes de trabalho, mas sim, como manifestação da incompetência individual.

Algumas questões são primordiais. Não é nas fronteiras do trabalho alienado que se reserva a construção de uma sociedade mais avançada em termos sociais. A superação dos limites do capital parte do princípio da união entre o *saber* e o *fazer*, de os homens enxergarem-se naquilo que eles têm de mais humano, o *trabalho*.

Conceber a qualificação profissional além do domínio da técnica consiste em estabelecer dimensões da educação que devem estar ao alcance de toda a coletividade. A recuperação de processos históricos humanos que proporcionem a discussão política, o acesso à cultura, às artes, etc., sendo pressupostos para a construção de uma sociedade na qual a felicidade seja imperativa. Felicidade não compreendida pelos princípios estreitos do consumismo voltado a poucos e nas fronteiras do reino da necessidade. Felicidade, isso sim, como negação da opressão do homem pelo homem.

ⁱ Alex Fiúza de Mello. *Capitalismo e mundialização em Marx*. Editora Perspectiva, 2000, p.110-114

ⁱⁱ K. Marx. *O Capital – crítica de la economia política*. Fondo de Cultura Econômica, 1966, p.248.

ⁱⁱⁱ K. Marx. *Elementos fundamentais para la crítica de la economia política. Grundrisse*. Siglo XXI Argentina Editores, 1973, p.375.

^{iv} Frederico Mazzucchelli. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. Unicamp, 1983, p.16-23.

^v Manuel Castells. *A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo*. Paz e Terra, 1979, p.26

^{vi} Para Marx, a composição orgânica do capital é composta pelas relações dialéticas entre a concorrência capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas e a tendência à substituição do capital variável pelo capital constante. Esse processo é marcado pela resistência dos trabalhadores que se materializa no processo de luta de classes. Id. ao anterior, p. 28-30

^{vii} *Ibid.*, p.26-27.

^{viii} Itsvan Mészáros. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Boitempo Editorial, 2003, p. 21-23